



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REDUÇÃO DE POBREZA



RUMO À RESILIÊNCIA HUMANA:

SUSTENTANDO O PROGRESSO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO EM UMA ERA DE INCERTEZA ECONÔMICA



RUMO À RESILIÊNCIA HUMANA: SUSTENTANDO O PROGRESSO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO EM UMA ERA DE INCERTEZA ECONÔMICA

SETEMBRO 2011



SUMÁRIO

Atualmente, vivemos em um mundo em que o cenário do desenvolvimento global muda rapidamente, com novas potências econômicas emergentes, novos atores e aspirações crescentes. Polos de crescimento estão mudando, a ação cidadã tem assumido novos papéis e a demanda por uma representação justa e efetiva está sendo ouvida por toda parte. As relações tradicionais entre doadores e receptores estão mudando, a cooperação Sul-Sul tem assumido um novo papel e abordagens inovadoras de desenvolvimento estão sendo demandadas. Porém, o desenvolvimento vem enfrentando uma série de novos desafios em todos os lugares, desde mudanças climáticas a crises de energia, de insegurança alimentar a insegurança dos cidadãos, de crises financeiras e econômicas a crescentes desigualdades globais. Crises e choques parecem ter se tornado a norma, e não a exceção. Como resultado, os países têm se tornado ainda mais vulneráveis diante de tais desafios. Nós agora vivemos em um mundo de incertezas.

Mais de dez anos se passaram desde a adoção da Declaração do Milênio e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) em 2000, e temos menos de cinco anos até 2015. Embora muitos países já tenham feito avanços impressionantes no alcance das metas de vários dos ODMs, essas conquistas têm sido desiguais entre regiões e nações – e até mesmo dentro das nações. Carências e desigualdades significativas ainda persistem.

Portanto, é imperativo acelerar o progresso dos ODMs, especialmente em relação às metas com atraso. Em 2010, o Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (GDN) aprovou o Quadro para a Aceleração dos ODMs (MAF, da sigla em inglês), projetado pelo PNUD para auxiliar os países em desenvolvimento a identificar como o progresso em metas específicas, que estão longe de ser atingidas, pode ser acelerado. O MAF foi projetado para identificar os obstáculos que impedem essas metas de ser atingidas e para formular um plano de ação para trazer as metas com atraso para o rumo esperado. Porém, esforços para acelerar o alcance dos ODMs e o progresso dessas metas podem ser obstruídos em razão de choques adversos e crises que surgem de diversas fontes, tais como conflitos, desastres naturais, riscos climáticos e colapsos financeiros e econômicos. Assim, além da necessidade de acelerar o progresso em direção aos ODMs, é igualmente necessário garantir que os avanços já realizados sejam sustentados e protegidos contra os riscos de reversões. “Sustentar o progresso pode ser tão importante quanto acelerar as conquistas” (PNUD, 2010).

De fato, reversões no progresso rumo aos ODMs têm sido observadas em diversos países como resultado das várias crises (dos alimentos à crise da energia, aos choques financeiros e econômicos) durante os últimos anos da última década. Assim, promover a resiliência a esses choques será um aspecto fundamental para sustentar os avanços rumo aos ODMs.

Ao mesmo tempo, a proteção do progresso com foco nos ODMs relacionados a saúde, fome e educação constrói capacidades humanas que motivam e levam as pessoas a participar ativamente nas arenas econômica, política e social, de modo que influenciam as políticas que afetam suas vidas. A proteção do progresso rumo aos ODMs relacionados a pobreza, sustentabilidade ambiental e parcerias globais cria para as pessoas oportunidades que contribuem para melhoria das condições de vida, diminuição do estresse ambiental e para uma economia global menos desigual, o que contribui para reforçar a resiliência. E quanto mais resiliência maior

Mesmo que haja necessidade de acelerar o progresso para o alcance dos ODMs, é estritamente necessário assegurar que o progresso feito seja sustentado e protegido contra riscos de reversão.



Sumário

é a capacidade de resistir aos choques. Assim, a sustentação do progresso rumo aos ODMs e a redução dos riscos e vulnerabilidades para a resiliência humana são mutuamente sinérgicos.

Como o cenário do desenvolvimento está sendo inexoravelmente alterado, não é provável que nenhum país, nem mesmo aqueles às margens da economia global, sejam isolados dos impactos de tais choques no âmbito macroeconômico. Na verdade, as famílias mais pobres e mais vulneráveis desses países da periferia da economia internacional frequentemente são as que pagam o maior preço.

Considere a recente conjuntura econômica global. Em grande parte do mundo em desenvolvimento, a pior recessão econômica do mundo nos últimos 80 anos ainda mostra efeitos retardados. Depois de um ano de recuperação frágil e desigual, o crescimento econômico global começou a perder força no meio de 2010, e essa desaceleração deverá continuar em 2011 e 2012 (ONU, 2011).

A perspectiva de longo prazo também não é muito otimista. A crise pode ter deixado impactos duradouros nos mercados financeiros e, como resultado, o nível potencial do PIB dos países em desenvolvimento pode ser reduzido entre 3,4 e 8 por cento em longo prazo, comparado com a sua trajetória antes da crise. (BANCO MUNDIAL, 2010).

Evidentemente, a crise que surgiu entre 2007 e 2009 não será a última que o mundo vivenciará. A frequência das crises econômicas e financeiras aumentou na última década e meia, e aparentemente essa se tornou uma característica sistêmica da economia global. “Ao redor do mundo, a probabilidade de ocorrência de crises bancárias sistêmicas foi dez vezes maior nos anos 90 do que durante o fim da década de 70, que está longe de ter sido um período calmo de atividade econômica” (ERNST e ESCUDERO, 2008).

Mesmo que os impactos da última crise ainda estejam sendo documentados, os estragos causados em apenas três anos são surpreendentes. Entre 2007 e 2009, pelo menos 30 milhões de empregos foram perdidos em todo o mundo, e a economia global precisará criar pelo menos mais 22 milhões de postos de trabalho para voltar para o nível de emprego anterior à crise. A Unesco estima uma queda de 20 por cento na renda per capita de

290 milhões de pessoas pobres na África Subsaariana (UNESCO, 2009), e a crise pode resultar em um aumento entre 200 e 400 mil mortes a mais de crianças por ano (BANCO MUNDIAL, 2009a). Estimativas globais sobre a pobreza indicam que, ao fim de 2010, mais de 64 milhões de pessoas teriam caído na pobreza extrema. Assim, apesar de o mundo estar entrando nos anos finais dos esforços para atingir os ODMs antes do prazo de 2015, entre 2008-2009 já se observou uma reversão no progresso rumo ao primeiro objetivo do milênio, ODM1, a meta de reduzir a pobreza extrema pela metade.

Choques econômicos e financeiros têm o potencial de reverter os ganhos de desenvolvimento que levaram anos para ser alcançados.

Evidentemente, choques econômicos e financeiros têm o potencial de reverter os ganhos de desenvolvimento que levaram anos para serem conquistados pelos países. Uma vez que avanços no desenvolvimento humano são revertidos, o dano pode ter efeitos duradouros e em cascata. Por exemplo, a deterioração da saúde e da educação hoje podem levar a taxas de mortalidade mais altas amanhã. Investimentos menores podem dificultar progressos futuros no saneamento e abastecimento de água. A presença de menos crianças na escola pode levar a menores taxas de conclusão no futuro. E rendas familiares que caem para abaixo da linha de pobreza podem retardar a saída dessas pessoas da situação de pobreza (BANCO MUNDIAL, 2010).



Se as crises se tornaram características sistêmicas da economia global, então é provável que outros choques atinjam os países em desenvolvimento nos próximos anos, comprometendo ainda mais os progressos feitos para atingir os ODMs. Assim, é contra essa nova realidade que as nações em desenvolvimento precisam proteger e sustentar seus progressos em termos de desenvolvimento; além de acelerar o ritmo para o alcance dos ODMs, os governos precisarão proteger os avanços já realizados.

Especificamente, as crises são desencadeadas por várias causas: desastres naturais e antropogênicos; choques ambientais causados pelas mudanças climáticas; o aparecimento súbito e a disseminação de uma doença infecciosa; convulsão social em um país vizinho resultando em um possível fluxo de refugiados; o colapso da demanda de um setor específico (por exemplo, o turismo como resultado de ameaças terroristas reais ou percebidas); ou como consequência de uma crise econômica e financeira global. Todos esses choques em âmbito macroeconômico afetam o bem-estar em um país. Na verdade, “para ter esse rótulo uma crise tem que haver um impacto negativo dramático na renda per capita. Mas o impacto preciso sobre os padrões de renda e bem-estar dependerá da origem e da natureza precisas da crise e também dos detalhes da estrutura econômica nesse país” (KANBUR, 2010).

Enquanto este relatório reconhece a importância de várias fontes de vulnerabilidade, maior atenção é dada às crises econômicas e financeiras com o objetivo de examinar como os choques em âmbito macroeconômico impactam a sustentabilidade do progresso rumo aos ODMs. Nesse contexto, o relatório examina os conceitos de vulnerabilidade e resiliência, identifica os canais de transmissão pelos quais tais choques impactam a sustentabilidade do progresso rumo aos ODMs e propõe opções de políticas para promover a resiliência a tais eventos adversos.

Principais argumentos do relatório

Este relatório argumenta que as economias em desenvolvimento são vulneráveis aos choques econômicos e financeiros em razão de condições estruturais específicas, que atuam como condutores dessa vulnerabilidade macroeconômica. Tal vulnerabilidade afeta a sustentabilidade do progresso rumo aos ODMs através de dois canais principais: o fiscal e o de crescimento econômico. Ambos são fundamentais na perspectiva de sustentar o progresso rumo aos ODMs.

A importância de um crescimento econômico sustentado para reduzir a pobreza monetária há tempos foi reconhecida, embora a extensão da redução da pobreza dependa, em qualquer país, da natureza do crescimento e dos seus impactos distributivos. Reduções da pobreza monetária, por sua vez, são importantes para sustentar o progresso rumo a outras metas dos ODMs.¹ “Uma maior renda pode reduzir diretamente a desnutrição, diminuir barreiras de acesso a necessidades básicas como educação e saúde, e facilitar, de forma geral, a melhoria das condições de vida” (CLAESSENS e FEIJEN, 2007).

Este relatório argumenta que as economias em desenvolvimento são vulneráveis aos choques econômicos e financeiros em razão de condições estruturais específicas, que atuam como condutores dessa vulnerabilidade macroeconômica. Tal vulnerabilidade afeta a sustentabilidade do progresso dos ODMs através de dois canais principais: o fiscal e o de crescimento econômico.



Sumário

Para muitos dos outros ODMs, um canal de impacto-chave é o fiscal: níveis menores de PIB, exportações e importações reduzem drasticamente as receitas fiscais oriundas da taxação da renda, das empresas, do comércio e do consumo. Como resultado, ocorre um rombo fiscal² em muitos países em desenvolvimento. Para esses países, tal rombo é preocupante, pois reduz sua capacidade de alocar recursos para alcançar os ODMs. De fato, para a maioria das famílias mais pobres, o impacto da crise depende do que os governos fazem com seus orçamentos: quanto gastam para combatê-la, para proteger os mais pobres e para recuperar a trajetória rumo aos ODMs.

Porém, muitos países em desenvolvimento, principalmente países menos desenvolvidos (PMD), não são bem equipados para lidar com o impacto de tais choques. A última crise financeira “criou um enorme rombo fiscal nos 56 PMDs, reduzindo suas receitas orçamentárias (e sua capacidade de gastar no combate à crise e de alcançar as metas dos ODMs) em 53 bilhões de dólares em 2009 (aproximadamente 10 por cento de suas receitas antes da crise) e em 12 bilhões de dólares em 2010” (KYRILI e MARTIN, 2010).

Além de políticas ex post voltadas para mitigação de crise, políticas nacionais e internacionais terão que desenvolver uma abordagem ex ante para lidar com a vulnerabilidade a tais choques.

Ainda assim, apesar dessas restrições fiscais, muitas economias de baixa renda adotaram, de forma louvável, medidas para mitigar os efeitos da crise em 2009. No entanto, em 2010, esses países cortaram orçamentos. “Dois terços dos países pesquisados aumentaram os déficits orçamentais em 2009, promovendo um estímulo fiscal inicial para combater a crise. Porém, apenas um quarto continuou com esses estímulos em 2010. Dois terços dos países cortaram as dotações de orçamentos em 2010 de um ou mais dos setores prioritários para os mais pobres: educação, saúde, agricultura e proteção social” (KYRILI e MARTIN, 2010).

As políticas públicas de resposta à crise em âmbito nacional focaram principalmente em medidas de mitigação dos efeitos da crise sobre a população mais pobre, como a concessão de subsídios e programas de transferência de renda, iniciativas de “comida por trabalho” (frentes de trabalho com pagamento sob a forma de alimentos) e programas de distribuição de alimentos (BANCO MUNDIAL, 2009b). “Até o fim de 2008, 49 países haviam adotado medidas de incentivo fiscal. Todas essas medidas envolviam uma combinação de gastos com transferência de renda, infraestrutura e cortes de impostos” (ONU, 2011).

As políticas internacionais mantiveram-se mais preocupadas com a questão de financiamento. “Fontes mais estáveis e permanentes de financiamento que poderiam ser ativadas rapidamente e não estariam sujeitas a condicionalidades impróprias são necessárias para países em desenvolvimento” (STIGLITZ et al. 2009). Embora líderes do G20 tenham prometido enorme aumento de financiamento externo para ajudar os países pobres a combater a crise e atingir os ODMs, empréstimos e doações externas foram suficientes apenas para um terço dos rombos fiscais dos países de baixa renda em 2009-2010. Esses países tiveram que financiar os outros dois terços desse rombo por meio de empréstimos domésticos ou através da diminuição de suas reservas. Além disso, a resposta foi muito lenta, e demorou entre 6 e 18 meses para que os compromissos financeiros do G20 chegassem às instituições financeiras internacionais e para que estas repassassem o dinheiro aos países de baixa renda.

No momento, há poucos indícios de que os financiamentos ou flexibilidade nas escalas necessárias serão disponibilizados. De fato, tendências recentes em muitos países doadores têm sido de redução das promessas



de ajuda, e de concentração dessa ajuda em um menor número de países, e para apenas alguns dos ODMs. Além disso, os países mais pobres (incluindo aqueles com programas do FMI) estão progressivamente desfazendo os estímulos fiscais introduzidos durante a crise, sem prestar atenção suficiente à necessidade de longo prazo de estimular a demanda e reduzir a pobreza para atingir os ODMs.

Tanto os governos nacionais quanto a comunidade internacional para o desenvolvimento precisam se preparar para enfrentar desafios futuros, e as medidas de mitigação de crise focadas no curto prazo não são o suficiente para essa tarefa. Além de políticas *ex post* voltadas para a mitigação de crise, políticas nacionais e internacionais terão que desenvolver uma abordagem *ex ante* para lidar com a vulnerabilidade a tais choques. De fato, se for para sustentar o progresso rumo aos ODMs além de 2015, será necessário promover, então, uma resiliência sistêmica para esses choques financeiros e econômicos. Não menos importante será a necessidade de promover resiliência a choques ambientais relacionados às mudanças climáticas e às causas políticas da vulnerabilidade.

Definindo vulnerabilidade e resiliência

O conceito de vulnerabilidade é multidimensional e se relaciona ao risco. Então, dependendo do risco específico, várias disciplinas adicionam definições diferentes ao conceito. Em economia, vulnerabilidade é tratada em dois diferentes níveis: micro e macro (UNU-WIDER, 2010).

No âmbito micro, o conceito de vulnerabilidade na maioria das vezes se refere à vulnerabilidade à pobreza (ou seja, a probabilidade de que uma família ou indivíduo caia ou permaneça abaixo da linha de pobreza). Famílias em países em desenvolvimento são muito mais vulneráveis e prováveis de sofrer as graves consequências negativas de uma crise no curto, médio e longo prazo. Isso deve-se ao fato de as famílias mais pobres terem menos bens, menos mecanismos para lidar com riscos mais limitados e menos acesso a mercados de capitais que os ajudem a lidar com as flutuações econômicas. Além disso, a vulnerabilidade é maior se os governos, tendo recursos fiscais e capacidade institucional limitados, são simultaneamente restringidos ao atenuar os impactos.

O conceito de vulnerabilidade é multidimensional e se relaciona ao risco.

Mas o nível do risco que uma família corre de ser negativamente afetada por um choque externo depende não só da vulnerabilidade dessa família, mas também da sua resiliência. Um número crescente de pesquisas estuda a resiliência das famílias.³ Esses estudos identificaram várias estratégias para lidar com a crise, diferenciando-as entre *ex ante* e *ex post*. Nas estratégias *ex ante*, as famílias frequentemente tentam diversificar suas fontes de renda e, nas *ex post*, após um evento negativo, as famílias frequentemente dependem de várias formas de seguro.

As famílias tendem a ajustar seu comportamento e tentam resistir aos choques externos por elas mesmas. Essas estratégias podem ser efetivas, mas algumas vezes são observadas estratégias familiares adversas para responder à crise, tais como o abandono escolar ou a redução de gastos com os cuidados com a saúde. De fato, com a atual conjuntura econômica após a crise econômica global, uma grande ameaça é que as respostas das famílias para lidar com a crise podem incluir estratégias adversas, de efeitos permanentes. Portanto, as medidas tomadas no nível local, pelos organismos internacionais e pelos governos nacionais precisam apoiar as famílias, porque são elas que são mais afetadas pelo impacto dos choques. Além disso, muitos dos bens necessários para fortalecer a resiliência das famílias são bens públicos. Assim, o fornecimento contínuo de bens e serviços básicos, incluindo educação, saúde, infraestrutura pública e proteção dos direitos



Sumário

de propriedade são essenciais em tempos de crise para as famílias lidarem com os impactos dos choques em âmbito macroeconômico.

Dito de outro modo, a promoção da resiliência das famílias pobres e vulneráveis a choques econômicos e financeiros irá necessariamente demandar a construção de uma resiliência sistêmica aos choques em nível macroeconômico. Por sua vez, a resiliência sistêmica necessita enfraquecer os determinantes da vulnerabilidade macroeconômica, que são determinados por condições econômicas estruturais específicas e não pelo nível das famílias.

Determinantes da vulnerabilidade macroeconômica

Sob uma perspectiva macroeconômica, a vulnerabilidade tem sido medida geralmente por uma variedade de indicadores ligados ao comércio exterior e ao perfil dos investimentos,⁴ — tais como comércio, turismo, ajuda externa, fluxos de capitais privados e remessas — de um país, pois esses canais expõem o país a choques econômicos e financeiros exógenos (BRIGUGLIO, 2009; BANCO MUNDIAL, 2009b; UNESCAP, 2010). Em outras palavras, a vulnerabilidade de um país a tais choques depende da extensão da sua integração à economia mundial.⁵

A resiliência de um país reflete sua capacidade de reagir (se recuperar rapidamente) ou suportar (absorver) o impacto de um choque.

Contudo, como observado anteriormente, o risco de ser afetado negativamente por um choque externo, depende não só do nível de exposição a choques desse país, como também de sua resiliência. No caso de um país, resiliência tipicamente se refere à capacidade que ele tem de lidar com ou se recuperar de um choque. Isto é, a resiliência de um país reflete sua capacidade de reagir (se recuperar rapidamente) ou suportar (absorver) o impacto de um choque. Os indicadores usados para avaliar a resiliência de um país, tipicamente incluem alguma medida de sua capacidade fiscal, sua força institucional e seu nível de desenvolvimento social.⁶

A capacidade fiscal é uma dimensão importante da resiliência, pois reflete a capacidade de um país de financiar programas que criam postos de trabalho, asseguram serviços básicos e infraestrutura e fortalecem as redes de proteção social. Em outras palavras, denota a capacidade de um país realizar gastos anticíclicos. A capacidade institucional, por sua vez, avalia a capacidade de um país de expandir os gastos públicos de forma eficaz e eficiente, de proteger os grupos vulneráveis e de reduzir a pobreza. Países com alta capacidade institucional são mais aptos a direcionar recursos adicionais para os grupos vulneráveis, ajudando a amortecer os impactos de uma crise. Em suma, a capacidade institucional é a capacidade de utilizar bem a expansão do gasto público e orientá-lo a grupos vulneráveis.

Contudo, a maioria dos estudos sobre a vulnerabilidade macroeconômica raramente abrange todos os determinantes mais importantes da vulnerabilidade. Alguns se concentram no comércio internacional, outros nas finanças, e ainda há os que se preocupam principalmente com os fluxos de ajuda externa. No entanto, o papel crucial desempenhado pelo aumento das desigualdades globais é pouco analisado, apesar de estas estarem criando as condições que contribuem para a crise e gerando um ambiente que irá comprometer o progresso rumo aos ODMs.

De fato, os estudos existentes sobre a vulnerabilidade macroeconômica podem ser classificados em dois grupos: de um lado, os trabalhos focados principalmente na fragilidade financeira e nos indicadores de



desenvolvimento que fornecem uma avaliação *ex ante* da vulnerabilidade macroeconômica (tais como o Sistema de Alerta de Vulnerabilidade Macroeconômica do Banco Mundial); e, do outro, os trabalhos que abordam a vulnerabilidade macroeconômica através do prisma dos fatores estruturais. Grande parte destes, no entanto, está preocupada com a construção de índices de vulnerabilidade macroeconômica para comparar como diferentes países reagem a choques econômicos e financeiros — tais como o Índice de Resiliência Econômica (BRIGUGLIO, 2009) e o Índice de Vulnerabilidade Global (BARITTO, 2008). Além disso, como observado anteriormente, a maioria desses estudos tende a se concentrar em um número limitado de determinantes da vulnerabilidade macroeconômica.

Este relatório analisa todas os principais determinantes da vulnerabilidade macroeconômica e não apenas um subconjunto. Especificamente, defende-se que essa vulnerabilidade é impulsionada por: a) dependência e concentração das exportações; b) dependência de produtos primários; c) volatilidade dos fluxos de capital privado (sobretudo, os investimentos estrangeiros diretos (IED) e investimento em carteira); d) pró-ciclicidade e volatilidade da ajuda oficial ao desenvolvimento; e e) crescentes desigualdades globais.

Embora a resiliência de um país aos choques econômicos e financeiros dependa, em última instância, da adoção de medidas para enfraquecer os determinantes estruturais da vulnerabilidade macroeconômica no longo prazo, a possibilidade de um país de lidar com esses choques no curto prazo dependerá de suas capacidades fiscal e institucional.

Uma clara vantagem deste relatório é que, através da identificação de todas os determinantes estruturais relevantes da vulnerabilidade macroeconômica, expande-se a lista de fatores que vêm sendo usados para avaliar a propensão de um país à vulnerabilidade. Isto, por sua vez, torna possível diagnosticar de forma abrangente e *ex ante* as potenciais fontes de vulnerabilidade macroeconômica de um país em particular. Além disso, ao destacar as opções políticas que podem criar resiliência a longo prazo, o relatório tem o mérito de indicar, aos tomadores de decisão, iniciativas e ações que podem ser adotadas para sustentar o progresso rumo aos ODMs e evitar retrocessos nos avanços de desenvolvimento humano obtidos.

Principais conclusões

Cada vez mais, as economias em desenvolvimento têm se tornado dependentes de exportações para crescer. Essa dependência é ainda maior do que se imaginava e está aumentando rapidamente em regiões como a África e a Comunidade de Estados Independentes (CEI). Em 2008, as exportações representaram mais de um terço do PIB na África, Ásia, CEI e nos Estados Árabes, com um crescimento mais rápido ocorrendo nos países menos desenvolvidos (PMD), onde as exportações como proporção do PIB mais que dobraram entre 1995 e 2008.

A dependência de exportações é um importante determinante da vulnerabilidade, pois quanto mais elas forem importantes para a geração de receitas e para o crescimento, maior a exposição a choques econômicos globais. No entanto, o grau de vulnerabilidade às exportações depende do grau de concentração das exportações. Não é uma surpresa que a maior redução do crescimento e das receitas de exportação após a crise de 2008 tenha ocorrido na África e nos países da CEI. De fato, a CEI testemunhou a queda mais acentuada nas receitas de exportação e a maior queda no crescimento. As regiões com declínio das receitas de exportação menor do que a média (Ásia) testemunharam um declínio do crescimento econômico também abaixo da média. A Ásia parece ter sido relativamente menos afetada pela crise porque tem uma pauta de exportação mais diversificada.



Sumário

Os tipos de produtos exportados por um país também são fatores importantes na determinação da vulnerabilidade macroeconômica. Quanto mais dependente da exportação de produtos primários um país for, mais vulnerável ele será a choques de preços internacionais. Dos 141 países em desenvolvimento, 95 têm pelo menos 50 por cento de sua receita de exportação auferidas através de produtos primários (BROWN, 2008). Três regiões ou sub-regiões parecem ser particularmente suscetíveis a choques de preços: África, ilhas do Pacífico e os países da CEI. Na verdade, em 2009, a participação dos produtos primários no total das exportações foi de 81 por cento na África, 79 por cento nas ilhas do Pacífico e 72 por cento na região CEI. No entanto, os países menos desenvolvidos permanecem sendo os mais dependentes da exportação de produtos primários. Em 2009, a participação de produtos primários nas exportações desses países atingiu 92 por cento.

As crises econômicas impactam as principais fontes de receitas e crescimento dos países dependentes de exportações. Isso resulta em volatilidade dos lucros e do crescimento, que se agravam quando as exportações estão concentradas em poucos produtos primários.

Dado que a grande maioria dos países menos desenvolvidos é dependente de apenas um ou dois desses produtos primários, suas receitas de exportação e crescimento podem ser extremamente instáveis. A partir da perspectiva dos países em desenvolvimento, especialmente daqueles cuja principal fonte de divisas é a exportação de produtos primários, os movimentos erráticos dos preços geram movimentos erráticos das receitas de exportação, desestabilizam as reservas cambiais, e estão fortemente associados à volatilidade do crescimento. Em suma, as flutuações imprevisíveis de preços geram receitas flutuantes, tornando extremamente difícil o planejamento fiscal, o que, por sua vez, dificulta o planejamento de programas sustentáveis de desenvolvimento social e econômico.

Além disso, a volatilidade dos preços dos produtos primários é particularmente preocupante, uma vez que a grande maioria das famílias pobres (que correspondem a um número estimado em dois bilhões de pessoas) depende dessa produção para a subsistência. No nível das famílias, agricultores e trabalhadores dependem da produção de produtos primários para obter renda, que é usada para comprar comida, e pagar os gastos escolares e com saúde. Uma queda nos preços dos produtos primários afeta a renda dessas famílias. Assim, a volatilidade dos preços internacionais dos produtos primários está intimamente relacionada à volatilidade de renda das famílias dos produtores agrícolas.

É importante notar que os preços das *commodities* (excluindo-se o petróleo) mostram diferentes tendências no curto e no longo prazos. Os altos preços nominais das *commodities* no médio prazo podem disfarçar tendências dos preços reais no longo prazo. Além disso, os preços reais das *commodities* vêm mostrando uma tendência de queda no longo prazo, piorando os termos de troca dos países dependentes dessas exportações. O declínio contínuo dos preços no longo prazo também significa que os rendimentos dos produtores diminuem ano após ano. Para manter o mesmo nível de renda, os produtores precisam aumentar o volume de *commodities* comercializadas. Porém, na medida em que mais produtos são colocados no mercado, a tendência é que os preços caiam ainda mais. Em outras palavras, uma piora nos termos de troca tem exigido que os países produtores de *commodities* não-petrolíferas compensem as perdas dos valores unitários com um aumento da produção.

Para concluir, as crises econômicas impactam as principais fontes de receitas e crescimento dos países dependentes de exportações. Isso resulta em volatilidade dos lucros e do crescimento, que se agravam quando as exportações estão concentradas em poucos produtos primários. Dessa forma, um dos principais



determinantes da vulnerabilidade desses países, as crises econômicas e financeiras são as estruturas produtivas cujas principais fontes de receitas e crescimento são altamente voláteis. Os países produtores de produtos primários são também altamente vulneráveis aos desastres naturais e às consequências das mudanças climáticas. Dito de outro modo, a vulnerabilidade desses produtores é agravada pela vulnerabilidade adicional a mudanças climáticas e aos desastres ambientais.

Contudo, não apenas as receitas e as fontes de crescimento estão sujeitas à volatilidade e à incerteza. Igualmente voláteis e incertas são as fontes de investimento. Desde o fim dos anos 1990, os fluxos de capital privado⁷ se tornaram uma importante fonte de investimento em muitos países em desenvolvimento. Por exemplo, em países como a Zâmbia, o estoque de capital privado estrangeiro chegou a 75 por cento do PIB em 2007 e, para muitos países da África (Uganda, Camarões, Gâmbia, República Unida da Tanzânia), o estoques de capital privado atingiu 30 por cento do PIB (BHINDA e MARTIN, 2009).

No entanto, os fluxos de capital privado (especificamente o IED e investimentos em carteira) são altamente voláteis. Isto é bem conhecido, uma vez que a volatilidade é refletida em quedas acentuadas e reversões dos fluxos financeiros após uma crise. Depois da crise de 2007–2008, os fluxos de IED para os países em desenvolvimento caíram em 23 por cento em apenas um ano (2009) e os investimentos em carteira caíram na maioria das regiões para abaixo de zero (um declínio de mais de 100 por cento).

As consequências de tal volatilidade para o crescimento são evidentes, principalmente em muitos dos países pequenos e de baixa renda, onde o IED atinge proporções enormes em relação ao tamanho da economia local. Dado que a economia desses países tende a ser bem menos diversificada e dependente de um ou dois grandes projetos ou setores, a volatilidade dos fluxos de capital privado tem implicações na sustentabilidade do crescimento.

De fato, parece haver uma tendência preocupante e crescente na qual os países em desenvolvimento dependeriam mais do capital estrangeiro do que de capitais domésticos para o investimento. Esta tendência parece ser mais prevalente nos países que têm atraído fluxos crescentes de investimentos estrangeiros, como os países da CEI. Outro grupo de países afetados por essa tendência é o dos menos desenvolvidos, principalmente na África. Por exemplo, o IED como proporção do investimento total é superior a 100 por cento em Angola e Libéria, 66 por cento no Congo e 60 por cento na República Centro-Africana.

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) é outra importante fonte de financiamento externo da qual muitos países em desenvolvimento dependem. Em 2008, os fluxos líquidos de AOD constituíram mais de 10 por cento do produto nacional bruto em 26 países em desenvolvimento, representados principalmente pelos países menos desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares (SIDS da sigla em inglês). Para esses países, um alto grau de dependência à AOD acentua a vulnerabilidade macroeconômica, pois deixa os países expostos a flutuações bruscas no volume global da assistência internacional, bem como às preferências dos doadores em relação aos fins a que a assistência é destinada.

A natureza pró-cíclica e a volatilidade das fontes de receitas e de investimento colocam efetivamente os países em armadilhas, o que explica o porquê de tantas nações em desenvolvimento estarem sofrendo os impactos da crise, incapazes de adotar respostas anticíclicas para combater os efeitos dos choques macroeconômicos.



Sumário

Basicamente, isso significa que nos países extremamente dependentes de ajuda internacional, os governos continuam vulneráveis às flutuações bruscas dos fluxos de AOD. Em alguns casos, os países podem não ser especialmente dependentes dessa assistência, mas alguns setores (como, por exemplo, o da saúde) ainda podem ser altamente dependentes dessa assistência, tornando-os vulneráveis. O caráter pró-cíclico da assistência internacional pode, ao invés de mitigar, exacerbar o impacto das crises financeiras e econômicas, e evidências sugerem que, em média, a AOD é, de fato, pró-cíclica. Onde a assistência é volátil ou imprevisível, os governos beneficiários são menos capazes de planejar os gastos de forma eficaz. Mesmo antes da atual crise, os países de baixa renda, especialmente os menos desenvolvidos, tinham presenciado grandes flutuações nos fluxos de assistência anual de 2 até 3 por cento do PIB, em média (UNDESA, 2009).

Em suma, volumes insuficientes da AOD, combinados com a sua volatilidade, impactam o equilíbrio macroeconômico, potencialmente gerando volatilidade do crescimento e causando reduções dos investimentos governamentais na redução da pobreza e em outras prioridades relacionadas ao desenvolvimento. Isto é

especialmente importante, uma vez que estudos mostram que redução da AOD em países dependentes de ajuda é frequentemente seguida por reduções nos gastos do governo. Uma vez que a AOD é uma fonte cada vez mais importante para o financiamento de investimentos públicos em serviços sociais, a imprevisibilidade e as insuficiencias dos recursos afetam o acesso das famílias pobres a esses serviços.

Para concluir, a natureza pró-cíclica e a volatilidade das fontes de receitas e de investimento colocam efetivamente os países em armadilhas, o que explica o porquê de tantas nações em desenvolvimento estarem sofrendo os impactos da crise, incapazes de adotar respostas anticíclicas para combater os efeitos dos choques macroeconômicos.

As crescentes desigualdades globais são um determinante singular da vulnerabilidade, uma vez que ambas são tanto a causa como os efeitos da crise em si. As crescentes desigualdades de renda criam as condições necessárias para um ciclo vicioso, através do qual essas desigualdades contribuem para aumentar a frequência e a volatilidade de crises financeiras, e tais crises agravam ainda mais a desigualdade de renda.

De fato, as desigualdades de renda têm aumentado nas economias avançadas desde 1980, e esta tendência está intimamente relacionada com o aumento na incidência de crises financeiras que abalaram a economia mundial no mesmo período (MOSS, 2009). Além disso, muitos países em desenvolvimento também têm vivenciado um aumento acentuado nas desigualdades de renda desde a década de 1990, o que tem sido, da mesma forma, fortemente associado com o aumento na incidência de crises financeiras domésticas.

A desigualdade de renda (e de riqueza) contribui para a instabilidade financeira através de vários canais de transmissão inter-relacionados: em geral, o aumento na desigualdade de renda reduz o poder de compra da população de média e baixa renda, criando uma tendência a redução dos níveis de demanda agregada efetiva. Além disso, a busca por investimentos de alto retorno por aqueles que se beneficiam com o aumento das desigualdades leva ao surgimento de bolhas em diversos mercados de ativos. Assim, as crescentes desigualdades alimentam a instabilidade financeira, pois criam um ambiente político em que políticas de investimento pró-cíclicos (tais como redução da regulação e política monetária expansiva) são mais propensas a ser implementadas a fim de evitar a instabilidade política e menor crescimento econômico.

As crescentes desigualdades globais são um determinante singular da vulnerabilidade, uma vez que ambas são tanto a causa como os efeitos da crise em si.



Ainda mais preocupante é o fato de que a persistência das desigualdades em níveis elevados em muitos países em desenvolvimento dificultou a redução da pobreza (BIRDSALL, 2005). Essa relação parece ser particularmente acentuada em países nos quais uma grande parte da população está presa ao ciclo de pobreza crônica. Além disso, as altas desigualdades também reduzem a probabilidade de que as políticas de promoção do crescimento inclusivo e desenvolvimento humano sejam formuladas e implementadas. Os grupos mais ricos, por exemplo, poderiam alocar fundos públicos para seus próprios interesses ao invés daqueles do país. Além disso, onde as instituições estatais são fracas, a crescente desigualdade pode dificultar a criação de um governo transparente, aumentando assim a probabilidade de adoção de políticas inibidoras do crescimento e da redução da pobreza.

Capacidade e qualidade fiscal e institucional são fundamentais para garantir a resistência de uma economia a choques macroeconômicos. Se um país tem capacidade fiscal adequada, ele pode manter os gastos públicos ou até mesmo adotar pacotes de estímulo fiscal e, consequentemente, ser mais resistente aos choques.

Entretanto, as evidências apontam para um alto grau de viés pró-cíclico do equilíbrio das transações correntes e do equilíbrio fiscal, o que implica que os países realmente precisam realizar gastos anticíclicos para mitigar e se recuperar do impacto de tais choques. Mas a sua capacidade de fazê-lo é limitada em decorrência dos altos e crônicos déficits — comerciais e fiscais. Por sua vez, altos déficits orçamentários limitam o quanto da dívida pública um país pode assumir. Em outras palavras, exatamente quando os países precisam de financiamento, os déficits comerciais e fiscais persistentes os impedem de obtê-lo.

Além da questão dos recursos fiscais, um aspecto-chave de resiliência é a capacidade de um país de antecipar e se preparar para tais choques, e para gerir de forma eficaz uma crise quando ela começa. Ou seja, é necessário que haja capacidade técnica específica em organizações e instituições que estão nas linhas de frente do combate a crises e que os sistemas mais importantes do país (como gestão de contratos, gestão das finanças públicas e sistemas de monitoramento e avaliação) sejam eficientes, estáveis e adaptáveis. No entanto, as deficiências na capacidade institucional são bem conhecidas, razão pela qual tantos governos têm recorrido a arranjos de curto prazo e *ad hoc* em suas respostas às crises. Mas, mesmo quando a capacidade institucional está presente, a resistência política pode bloquear ou enfraquecer os esforços concertados para gerenciar crises.

Se um país tem capacidade fiscal adequada, ele pode manter os gastos públicos ou até mesmo adotar pacotes de estímulo fiscal e, consequentemente, ser mais resistente aos choques.

Opções de políticas para a construção de uma resiliência sistêmica

A construção de resiliência sistêmica exigirá uma perspectiva mais ampla e ações complementares por parte dos países em desenvolvimento e da comunidade internacional para o desenvolvimento. Tais ações irão enfraquecer os determinantes da vulnerabilidade e construir mecanismos de fortalecimento. Resumidamente, as medidas serão necessárias para:

Reducir a dependência de fontes voláteis de Renda e de Crescimento

Para muitas economias em desenvolvimento, isso significa recalibrar as estratégias de crescimento para reduzir a grande dependência de um estreito conjunto de exportações. “A fim de se proteger e de proteger os ODMs da exposição a choques externos, os países poderiam gerar demanda interna de uma forma sustentável,



Sumário

aumentando a renda familiar e o consumo, juntamente com o aumento do investimento empresarial" (CHHIBBER, 2009). De fato, no período seguinte à recente crise, países como a China mudaram sua estratégia de longo prazo para se concentrar na demanda interna e tomaram medidas para estimular os gastos dos consumidores, inclusive em áreas rurais e menos desenvolvidas.

A construção de resiliência sistêmica exigirá uma perspectiva mais ampla e ações complementares por parte dos países em desenvolvimento e da comunidade internacional para o desenvolvimento. Tais ações irão enfraquecer os determinantes da vulnerabilidade e construir mecanismos de fortalecimento.

Medidas para incentivar a demanda interna poderiam se concentrar no aumento do consumo familiar e no investimento empresarial. O consumo tende a aumentar se uma maior parte da renda nacional for direcionada aos pobres, e é provável que o investimento nessa parcela da população também faça que a contribuição da mesma ao PIB cresça, garantindo assim um padrão de crescimento mais inclusivo. De maneira simples, reduzir a pobreza através da ampliação da base da economia pode liberar uma demanda potencial.

Como também, proporcionar incentivos adequados ao setor privado — através de políticas cambiais, tributárias e subsídios — poderia tornar mais rentável para as empresas investirem em setores menos orientados à exportação e mais à demanda interna, assim como as medidas que criam empregos e promovem o desenvolvimento de zonas rurais menos desenvolvidas.

Além disso, uma vez que a dependência de um conjunto limitado de exportações pode gerar riscos associados à falta de diversificação, políticas que promovam a diversificação das exportações e da economia como um todo serão fundamentais. Medidas específicas poderiam incluir, entre outros: políticas industriais e de investimentos que desenvolvam áreas com potencial de vantagem comparativa; e medidas seletivas, tais como incentivos de crédito fiscal e direto, exigências de conteúdo local, incentivo ao comércio internacional e integração em cadeias de valor global.

Diminuir a volatilidade dos preços das commodities e estabilizar os rendimentos dos produtores de commodities

Já foram experimentadas diferentes políticas para diminuir a volatilidade dos preços das *commodities* em níveis internacional e nacional. No âmbito global, a comunidade internacional usou diferentes maneiras para tentar estabilizar os preços das *commodities* e suavizar as flutuações de receita, incluindo sistemas de quotas, acordos sobre *commodities*, fundos compensatórios e estratégias de hedge dos preço nos mercados futuros. Mas os acordos internacionais sobre *commodities* (ICAs) têm sido progressivamente desmantelados e limitações severas impedem o funcionamento dos fundos compensatórios que estão atualmente em vigor. Claramente, isso requer mais atenção em termos de políticas globais.

Em âmbito nacional, alguns países adotaram medidas de estabilização de rendimentos para ajudar os produtores de *commodities* a garantir uma renda mais previsível. Algumas dessas medidas incluem fundos de receita nacional, iniciativas alternativas de comércio internacional, mecanismos de gestão da oferta e instrumentos de seguro e gerenciamento do risco de preços.



Diminuir a volatilidade dos fluxos de capitais privados e alavancar opções inovadoras de financiamento

Desenvolver respostas rápidas e sistemas de alerta para ajudar a prever e lidar com choques relacionados a fluxos de capitais é algo particularmente importante. Em especial, países de baixa renda precisam ser mais bem equipados para monitorar e analisar os fluxos de capitais privados, uma vez que muitos deles ainda não estão monitorando ou analisando bem esses fluxos.

Para conter a volatilidade dos fluxos de capitais privados, as medidas de políticas deveriam prestar mais atenção à composição dos fluxos de capitais, incentivando os que têm maior proporção de investimentos genuinamente de capital em relação à dívida, uma vez que o financiamento via dívida é muito mais volátil.

Além disso, as remessas podem ser aproveitadas para fins de desenvolvimento nos países que recebem um volume considerável delas. Remessas são muito mais estáveis e até mesmo anticíclicas face aos choques externos e, em países relevantes, podem potencialmente se tornar uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico, além de amortecer o impacto dos choques externos.

Ajuda externa: volatilidade, pró-ciclicidade e efetividade

Políticas específicas para reduzir a volatilidade e a pró-ciclicidade da ajuda externa poderiam incluir mecanismos para poupar parte da ajuda sob forma de um fundo de acumulação de reservas. Isso poderia servir como uma forma de “seguro” para ser utilizado em casos de choques externos ou desacelerações econômicas de natureza cíclica. Além disso, diversificar o conjunto de países doadores poderia ajudar os países beneficiários a suavizar o risco, ou seja, a retirada repentina de um dos doadores afetaria menos os países, e poderia permitir que os beneficiários movam-se em direção a parceiros mais “estáveis” — aqueles cuja ajuda é mais previsível. Finalmente, será necessário mais trabalho para melhorar a eficácia e previsibilidade da ajuda externa. Como se observa, isso será essencial, dada a sua importância para a estabilidade macroeconômica, e permitirá que os países concentrem a ajuda recebida em setores e propostas que garantam o progresso rumo aos ODMs.

Controlar o aumento da desigualdade de renda

Medidas para reduzir as desigualdades de renda têm sido geralmente dirigidas a populações extremamente desfavorecidas ou marginalizadas e aos grupos vulneráveis, que são muitas vezes excluídos do processo de crescimento. Serão necessárias políticas específicas para promover o crescimento inclusivo e a produtividade, gerar empregos produtivos e redistribuir ativos e renda. Neste contexto, será importante adotar políticas que facilitem a expansão das fontes de crescimento e que incluam de forma eficiente uma parcela crescente da força de trabalho no processo de crescimento. De fato, o foco no emprego produtivo e na melhoria da produtividade será particularmente fundamental. O crescimento do emprego cria novos postos de trabalho e renda para o indivíduo — tanto na forma de salários como na forma de renda do trabalho autônomo — enquanto o crescimento da produtividade pode elevar os salários dos empregados e dos trabalhadores por conta própria. No entanto, a capacidade dos indivíduos de serem produtivamente empregados depende da oportunidade de fazer uso pleno dos recursos disponíveis, seguindo a trajetória da economia. Portanto, é importante olhar para as formas de fortalecer a capacidade do indivíduo sob a perspectiva da oferta de trabalho, bem como formas de abrir novas oportunidades de emprego produtivo sob a perspectiva da demanda por trabalho.

Ainda assim, dado o grande número de famílias de “pobres trabalhadores” nas economias em desenvolvimento, são necessárias intervenções adicionais e mais diretas para reduzir a desigualdade e a pobreza crônica —



Sumário

intervenções como: proteção social e acesso a bens, assim como normas reguladoras e legislativas e acordos que garantam os direitos a ativos detidos pelos mais pobres e que legalmente os empoderam.

Criar capacidade fiscal no curto prazo e mobilizar uma maior receita doméstica no longo prazo

A falta de financiamento anti-cíclico em momentos de crise muitas vezes coloca os ganhos anteriores em termos de habitação, saúde, educação, água e emprego em perigo (MUCHHALA e MOLINA, 2010). Em suma, colocam-se em risco os ganhos obtidos em direção ao alcance dos ODMs. Proteger esses ganhos exigirá dos países uma capacidade fiscal adequada para manter e/ou aumentar os gastos durante recessões econômicas. Políticas que fortaleçam a capacidade fiscal dos países terão de ser concentradas em mecanismos de alívio da dívida, financiamento do comércio internacional, reformas de política fiscal e, mais importante, na mobilização de receitas internas.

De fato, no longo prazo, a forma mais eficaz para os países financiarem os gastos do governo e reduzir a dependência da ajuda externa será mobilizar recursos internos. Em vários países de baixa renda, economia informal extensa e base fiscal limitada resultam em baixos níveis de arrecadação tributária. Isso limita importantes gastos do governo e os força a contrair empréstimos ou depender de fluxos de ajuda externa para financiar as necessidades básicas de desenvolvimento. No entanto, dada a volatilidade do financiamento externo e o importante papel que o investimento do setor público pode desempenhar no desenvolvimento a longo prazo, será fundamental que os governos aumentem as receitas internas. Apenas com maiores receitas fiscais os países serão capazes de sustentar os investimentos internos de longo prazo e a flexibilidade da política fiscal (Spiegel 2007).

Investir na construção da capacidade institucional e melhorar a qualidade das instituições e dos sistemas centrais dos países

A última crise revelou muitas fraquezas institucionais dos países em desenvolvimento em lidar com as consequências dos choques financeiros e econômicos. Déficits de capacidade das organizações e instituições responsáveis pela gestão de uma crise, bem como as deficiências no funcionamento global dos sistemas centrais dos países, inclusive a ausência de tomada de decisão e de construção de consenso entre os principais interessados, foram importantes fatores que fizeram que as respostas à crise e as medidas de recuperação tenham sido de curta duração ou insustentáveis.

Assim, os países fariam melhor se tivessem uma visão de longo prazo na construção de suas instituições, que incluem o serviço público civil, órgãos de fiscalização (como o poder judiciário), gestão das finanças públicas e sistemas de compras nacionais. Ao fazer isso, os governos vão sustentar melhor os ganhos em desenvolvimento. De fato, muitos exemplos indicam que, para que os sistemas que estão na linha de frente no enfrentamento à crise aumentem sua qualidade institucional, seriam necessárias melhorias e mudanças contínuas e endógenas, especialmente em análises de risco, investimentos iniciais nos recursos humanos e na institucionalização de normas e boas práticas.



Notas

1. Dada a interdependência elevada entre as diferentes metas dos ODMs, foi apontado que a pobreza de renda desempenha um papel central. Os dados mostram que as correlações entre as medidas de pobreza e as medidas utilizadas para outras metas dos ODMs são geralmente muito altas e quase sempre estatisticamente significativas (CLAESSENS e FEIJEN, 2006).
2. Um rombo fiscal é uma queda na capacidade das receitas do orçamento em financiar gastos, causada por eventos inesperados, como a crise econômica mundial (DFI e OXFAM, 2010).
3. Veja Adams et al. 1998; Alinovi et al. 2010; Naude et al. 2010; UNU-WIDER — volume especial editado por *Oxford Development Studies* (vol. 37, Edição 3, 2009).
4. Vários índices de vulnerabilidade em âmbito nacional têm sido propostos desde que o UNDESA iniciou os trabalhos sobre vulnerabilidade dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) no início dos anos 1990 (ver, por exemplo: UN 1999, 2006, da ONU; GUILLAMONT, 20 a na capacidade das receitas do orçamento em financiar gastos, causada por eventos inesperados, como a crise econômica mundial (DFI e OXFAM, 2010).
5. Em Briguglio (2009), as condições que afetam a exposição de um país a choques incluem a abertura econômica, a concentração das exportação e a dependência a importações cruciais para a economia. Para a UNESCAP (2009), cinco indicadores são utilizados para medir a exposição de uma economia a crises econômicas e financeiras. Estes incluem as exportações, IED, AOD, o setor de turismo e remessas.
6. Em BRIGUGLIO (2009), os indicadores utilizados para medir a capacidade de resistência incluem indicadores que refletem estabilidade macroeconômica, eficiência do mercado, boa governança e desenvolvimento social. Em UNESCAP (2009), os indicadores para medir a resistência incluem a dívida externa, a taxa de poupança, o nível de reservas internacionais, a eficácia dos governos, e o índice de desenvolvimento humano.
7. Fluxos de capital privado são a soma de três fontes de financiamento: investimento estrangeiro direto, investimento de carteira e remessas. Como as remessas são consideradas, ao contrário do IED e do investimento em carteira, tanto em termos de função e comportamento, elas serão tratadas em um capítulo separado.



Sumário

Referências

- Adams, A.M, and Cekan J. and Sauerborn R., 1998, 'Towards a Conceptual Framework of Household Coping: Reflections from Rural West Africa', *Journal of the International African Institute*, Vol. 68, No. 2, pp. 263–283.
- Angeles-Castro, G., 2006, 'The Effects of Economic Liberalization on Income Distribution: A Panel Data Analysis' in Hein, E., Heise, A. and Truger, A. (eds.), *Wages, Employment, Distribution and Growth: International Perspectives*, Palgrave Macmillan, England.
- Alinovi, L., D'Errico, M., Erdgin, M., and Romano, D., 2010, 'Livelihoods Strategies and Household Resilience to Food Insecurity: An Empirical Analysis to Kenya', Paper Prepared for the Conference on Promoting Resilience through Social Protection in Sub-Saharan Africa, European Report on Development, Dakar, Senegal.
- Bhinda, N. and Martin, M., 2009, *Private Capital Flows to Low Income Countries: Dealing with Boom and Bust*, Debt Relief International, London.
- Birdsall, N., 2005, 'The World is Not Flat: Inequality and Justice in our Global Economy', WIDER Lecture 9, United Nations University-WIDER, Helsinki.
- Briguglio, L., Cordina, G., Farraugia N., and Vella, S., 2009, 'Economic Vulnerability and Resilience: Concepts and Measurement', *Oxford Development Studies*, Vol. 37, No. 3, pp. 229–247.
- Brown, O., 2008, *From Feast to Famine: After Seven Good Years What Now for Commodity Producers in the Developing World*, International Institute for Sustainable Development (IISD), Manitoba, Canada.
- Chhibber, A., Ghosh, J., and Palanivel, T., 2009, *Asia Rebounds but Lasting Recovery Needs New Paradigm*, UNDP, New York.
- Claessens, S. and Feijen, E. 2007, 'Financial Sector Development and the Millennium Development Goals', World Bank Working Paper No. 89, World Bank, Washington, DC.
- Ernst, E. and Escudero, V., 2008, 'The Effects of Financial Globalization on Global Imbalances, Employment and Inequality', Discussion Paper Series No. 191, International Institute for Labour Studies, International Labour Organization, Geneva.
- Fitoussi, J. and Saraceno, F., 2010, 'Inequality and Macroeconomic Performance', Documents de Travail de l'OFCE 2010-13, Observatoire Francais des Conjonctures Economiques (OFCE), Paris.
- Guillamont, P., 2008, *An Economic Vulnerability Index: Its Design and Use for International Development Policy*, United Nations University World Institute for Development Economics Research, Helsinki.
- Ianchovichina, E. and Lundstrom, S., 2009, *What is Inclusive Growth?*, World Bank, Washington, DC.
- Kanbur, R., 2010, 'Stress Testing for the Poverty Impacts of the Next Crisis', Commentary on the Papers and Presentations at the World Bank workshop on *Distributional Impacts of Macroeconomic Shocks: An International Overview*, May 24.
- Kyriili, K. and Martin, M., 2010, *The Impact of the Global Economic Crisis on the Budgets of Low-Income Countries*, Oxfam International.
- Moss, D., 2009, 'An Ounce of Prevention: Financial Regulation, Moral Hazard, and the End of 'Too Big to Fail'', *Harvard Magazine*, Sept.-Oct., harvardmagazine.com/2009/09/financial-risk-management-plan



- Naude, W., Santos-Paulino, A.U., and McGillivray, M., 2010, *Vulnerability and Resilience in Developing Countries*, United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), Helsinki.
- Spiegel, S., 2007, 'Macroeconomic and Growth Policies', Policy Notes, United Nations Development of Economic and Social Affairs, New York.
- Stiglitz, J., Bougrov, A., Boutros-Ghali, Y., Fitoussi, J.-P., Goodhart, C. A., Johnson, R., 2009, *Report of the Commission of Experts of the President of the United Nations General Assembly on Reforms of the International Monetary and Financial System*, UN Conference on the World Financial and Economic Crisis and its Impact, United Nations, New York.
- The Broker, 2011, 'Poverty Impacts of the Global Financial Crisis', *The Broker: Connecting Worlds of Knowledge*, 24 February.
- United Nations, 1999, *Vulnerability and Poverty in a Global Economy*, Report of the Committee for Development Policy on the First Session, United Nations, New York.
- United Nations, 2006, *Overcoming Economic Vulnerability and Creating Employment*, Report of the Committee for Development Policy on the Eighth Session, United Nations, New York.
- United Nations, 2011, *World Economic Situation and Prospects 2011*, United Nations, New York.
- United Nations Department of Social and Economic Affairs, 2009, *Rethinking Poverty: Report on the World Social Situation*, United Nations, New York.
- United Nations Development Programme, 2010, *UNDP's MDG Breakthrough Strategy: Accelerate and Sustain MDG Progress*, UNDP, Bureau for Development Policy, New York.
- United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, ADB, United National Development Programme, 2009, *Achieving the Millennium Development Goals in an Era of Global Uncertainty: Asia-Pacific Regional Report 2009/10*, Bangkok.
- Vandemoortele, M., 2009, 'Within-Country Inequality, Global Imbalances and Financial Instability', Desk Study for Netherlands Ministry of Foreign Affairs, Overseas Development Institute, London.
- Watkins, K. and Montjourides, P., 2009, 'The Millennium Development Goals: Bankable Pledge or Sub-Prime Asset?', UNESCO Future Forum, Paris.
- World Bank, 2009a, 'The Global Financial Crisis: Assessing Vulnerability for Women and Children', Policy Brief, World Bank, Washington, DC.
- World Bank, 2009b, *The Global Economic Crisis: Assessing Vulnerability with a Poverty Lens*, World Bank, Washington, DC.
- World Bank, 2010, *Global Economic Prospects: Crisis, Finance, and Growth*, World Bank, Washington, DC.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Escritório de Políticas para o Desenvolvimento

One United Nations Plaza

New York, NY, 10017 USA

Tel: +1 212 906 5081

Para mais informações: www.undp.org

Direitos Autorais 2011, UNDP. Foto da capa por: Leslie Kok